

EMERGÊNCIA ELEITORAL

MÁQUINA EM CAMPANHA

Ajudado até pela oposição, Bolsonaro dribla leis para gastar R\$ 343 bilhões na reeleição

Pressionado pela estagnação nas pesquisas de intenção de voto, o presidente Jair Bolsonaro (PL) acelerou o uso de recursos públicos em prol da reeleição, com ações que somam R\$ 343 bilhões e incluem uma manobra na Constituição para driblar proibições previstas na lei eleitoral justamente para inibir o uso da máquina e evitar desequilíbrios no pleito.

O movimento mais recente — uma emenda ao texto constitucional para instituir o estado de emergência e permitir a criação e ampliação de benefícios, a três meses do pleito — teve o impulso da oposição, que endossou a proposta no Senado. Criticado por juristas, o projeto foi a maneira encontrada pelo Palácio do Planalto de intensificar as benesses e escapar da legislação queveda o aumento ou a elaboração de novos gastos do tipo em anos de campanha. Além de alargar a pressão fiscal sobre quem estiver à frente da Presidência em 2023, a iniciativa abre um precedente arriscado para as próximas disputas pelo comando do Executivo.

O "pacote de bondades" é visto como o trunfo pela campanha de Bolsonaro, que aparece atrás do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas pesquisas — o levantamento mais recente aponta um placar de 47% a 28%. Além do aumento do Auxílio Brasil, que passará de R\$ 400 para R\$ 600, caso a Câmara também aprove a PEC Eleitoral, há uma nova versão do vale-gás e recursos direcionados a caminhoneiros, entre outras medidas.

"AGARRADO" AO AUXÍLIO
O potencial de benefícios no curto prazo para eleitores de baixa renda, principais destinatários dos repasses, amarrado o discurso dos presidencialistas, que se equilibraram entre o silêncio e críticas suaves — a senadora Simone Tebet (MS), nome do MDB no Planalto, votou a favor da PEC Eleitoral, embora tenha reclamado da tramitação veloz, que ignorou a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Apenas José Serra (PSDB) foi contra.

Aliados veem agora a oportunidade de Bolsonaro se associar ao Auxílio Brasil, programa de transferência de renda que substituiu o Bolsa Família, marca dos governos do PT. Mesmo com novo nome e valores maiores, pesquisas mostram que ele também está atrás de Lula entre os beneficiários da ação. A meta da campanha é aproveitar o incremento para fazer uma espécie de "relançamento".

A ampliação do valor coincide com a chegada dos novos cartões, em outra vertente da busca por ganhos eleitorais. O titular do Palácio do Planalto foi orientado a reforçar a atuação do governo na



Verbas. Ao lado de João Roma, pré-candidato ao governo da Bahia, Bolsonaro participa de ato em Cruz das Almas (BA): governo acelerou abertura dos cofres

criação e ampliação das benesses. A avaliação do núcleo político da reeleição é que o Planalto falhou até aqui na estratégia de comunicação.

Neste ambiente político, o PT avalia que o impulso pode beneficiar Bolsonaro eleitoralmente, ainda que sem impacto capaz de modificar o quadro. Interlocutores dizem que a sigla não tinha como se posicionar contra a PEC, porque há necessidade de aumentar os repasses às camadas mais pobres e também para não entregar a Bolsonaro o discurso de que adversários votaram contra os pagamentos. Estrategistas do partido estimam que os R\$ 600 mensais do Auxílio Brasil se tornarão definitivos — o texto prevê o valor até dezembro — e planejam retomar o nome Bolsa Família, caso Lula vença.

"BOCA DE URNA"

Ontem, o ex-presidente classificou a PEC de "projeto eleitoral" e "tentativa de comprar o povo". Um dos emissários do petista na área econômica, o deputado federal Alexandre Padilha (PT-SP) disse que o governo montou uma "operação boca de urna". Para ele, o cenário dificulta a apresentação de um plano concreto para a área fiscal:

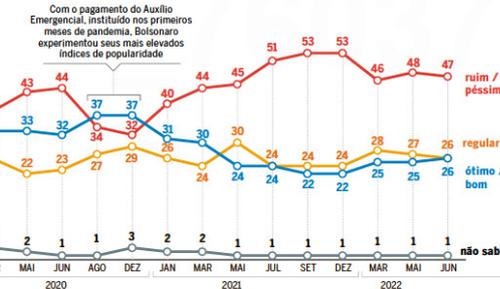
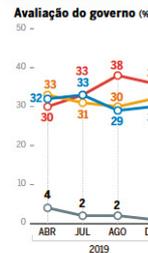
— Os construtores do teto de gastos do governo Temer não detalharam antes de assumir o governo, só quando tinham as contas em mãos.

O entomo de Ciro também avalia que Bolsonaro pode ter ganhos eleitorais, ainda que não na mesma proporção de quando lançou o Auxílio Emergencial, em abril de 2020, experimentando nos meses seguintes os índices mais altos de popularidade de gestão. Nas próximas etapas de tramitação parlamentares da sigla pretendem propor ajustes ao texto, ponderando que não é viável se posicionar contra em um momento de aumento da fome no país.

Na pré-campanha de Tebet, estrategistas também sustentam que a escalada da miséria impossibilitou um voto contrário. Se fosse contra a medida, o entorno da senadora acha que ela daria munição aos rivais, que diriam que ela é contra benefícios aos mais pobres. Questionada pelo GLOBO se Tebet se preocupava com vantagens eleitorais que Bolsonaro teria com a PEC, a assessora da senadora enviou vídeo em que ela diz que o país precisa "avançar rapidamente numa solução para quem não tem o que dar de comer aos filhos". (Manoel Ventura, Jussara Soares, Camila Zurur, Henrique Gomes Batista, Sérgio Raxo, Gustavo Schmitt e Guilherme Caetano).

PLANALTO EM AÇÃO

Governo turbinou uso de medidas com caráter eleitoral



Medidas com impacto no orçamento	Valores em R\$ bilhões
AMPLIAÇÃO DO AUXÍLIO BRASIL (PARA R\$ 600)	56
NOVO AUMENTO DO AUXÍLIO BRASIL (PARA R\$ 600)	26
criação do vale-gás	1,9
AMPLIAÇÃO DO VALE-GÁS	1
VOUCHER PARA CAMINHONEIROS	5,4
SUBSÍDIO GRATUIDADE PARA MAIORES DE 65 ANOS	2,5
SUBSÍDIOS PARA O ETANOL	3,8
AUXÍLIO PARA TAXISTAS E ALIMENTA BRASIL	2,5
RENÚNCIA FISCAL COM ISENTAÇÃO DOS TRIBUTOS FEDERAIS DO DIESEL, GÁS E REDUÇÃO LINEAR DO IPI	43,3
ISENTAÇÃO DOS TRIBUTOS FEDERAIS DA GASOLINA	17
TOTAL	159,4

Medidas sem impacto fiscal	Valores em R\$ bilhões
ANTECIPAÇÃO DO 13º PARA APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO TCEs	56
SAQUE EXTRAORDINÁRIO DO TCEs	30
CRÉDITO PARA MICROEMPREENDEDORES	3
LINHA DE CRÉDITO DO BANCO DO BRASIL PARA CAMINHONEIROS	8
LINHA DE CRÉDITO PARA MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS E EXTENSÃO DO PRONAMPE	87
TOTAL	184

Recursos direcionados ao pacote de medidas eleitorais **343,4** bilhões. Editoria de Arte



Nô eleitoral. Lula, Ciro e Tebet: partidos dos presidencialistas apoiaram pacote de Bolsonaro no Senado

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política **Página:** 4